

A insegurança é o que os Estados fazem dela: a securitização da China pelos EUA

Clemente Rodríguez Urbina

<https://orcid.org/0000-0003-3728-584X>

clemente.rodriguez@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar e analisar o processo de securitização dos Estados Unidos (EUA) em relação à China e os perigos que ele representa para a segurança regional na Ásia-Pacífico. Argumenta-se que a securitização, entendida como um processo no qual um perigo é identificado e designado como uma ameaça existencial a um objeto de referência que justifica a adoção de medidas extremas para protegê-lo, está levando o relacionamento bilateral entre Washington e Pequim ao confronto direto. A chave para entender esse fenômeno está em identificar como as visões de segurança dos EUA (que definem a estrutura interpretativa por meio da qual os perigos percebidos são identificados e reagidos) moldam as políticas em relação à China (vista como uma ameaça à ordem internacional) e como essas medidas estão piorando a dinâmica de segurança entre as duas potências. O texto, portanto, examina por que essa atitude é capaz de gerar um conflito armado com o país asiático: o desejo de mostrar assertividade reduz as opções disponíveis para a China em resposta à crescente aproximação diplomática dos EUA com Taiwan, como evidenciado por seu comportamento recente em relação à ilha em 2022 e 2023.

Palavras-chave: *Relacionamento bilateral EUA-China, ações chinesas. Palavras-chave: Relacionamento bilateral EUA-China, ações chinesas na Ásia-Pacífico, securitização, ordem internacional.*

Introdução

Na região da Ásia-Pacífico, a relação bilateral entre os EUA e a China sofreu um declínio considerável na última década. Esse fenômeno é atribuído tanto ao comportamento de Pequim quanto às políticas adotadas por Washington em resposta a essas ações. Isso levou mais de um analista a considerá-la cada vez mais como uma relação de soma zero.¹ Por que essa deterioração? Washington está preocupado com a atitude da China em relação a Taiwan nos últimos anos, vendo-a como um possível prelúdio de uma operação militar para invadir e capturar a ilha em um futuro próximo. Essa preocupação é exacerbada pelas reivindicações territoriais de Pequim no Mar do Sul da China, que envolvem diretamente a segurança de Taiwan. Além disso, os EUA estão preocupados com o fato de a China

estar ignorando o direito internacional, um componente essencial da ordem internacional existente.

Esse sistema é definido como um conjunto de regras e expectativas estabelecidas entre os Estados para regular as metas de sobrevivência e independência da sociedade internacional, garantindo a paz e, ao mesmo tempo, defendendo o estado de direito.² Uma apreensão adicional gira em torno das atitudes adotadas pelo governo chinês nos últimos anos, como a desconsideração da decisão arbitral da Corte Internacional de Justiça na disputa marítima com as Filipinas em 2016, declarando abertamente que não pretende cumpri-la.³ Além disso, a posição da China de considerar todo o Mar do Sul como parte de suas águas territoriais internas, uma posição que entra em conflito com o direito internacional, foi oficializada.⁴ Ainda mais preocupante é o fato de que essas reivindicações são apoiadas por um aumento na atividade de sua marinha.

Como parte dessa mudança na política externa em relação ao mar, desde 2009, as autoridades chinesas começaram a construir ilhas artificiais, como atóis e ilhotas, e depois construíram instalações militares nelas para projetar seu poder aéreo e naval, além de lhes dar a capacidade de interferir no acesso a outros países com os quais têm disputas territoriais na região, como as Filipinas e as Filipinas.⁵ Caso a China consolide ainda mais sua posição e expanda suas reivindicações, isso permitiria que ela também controlasse as águas territoriais adjacentes aos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e pudesse restringir o livre trânsito de navios que são essenciais para o comércio marítimo regional, do qual dependem as economias da região, incluindo a ilha de Taiwan.⁶ Com relação a essa última, eles aumentaram as atividades militares em seu entorno e continuaram a fazer declarações expressando seu desejo de reincorporá-la, pois a consideram uma província rebelde.⁷ Nesse sentido, analistas como David Santoro consideram que as atitudes chinesas mencionadas acima (tanto em relação à ilha quanto no Mar do Sul) podem servir para que Pequim isole Taiwan, restringindo severamente suas linhas de comunicação oceânicas, por meio das quais ela comercializa e se conecta com o resto do mundo.⁸

Dessa forma, os EUA veem o rápido crescimento do poder econômico e militar da China nos últimos anos como o principal motivo de seu chamado comportamento "assertivo" (e por trás de um plano para desafiar Washington na região, contestando seu controle estratégico da região).⁹ Consequentemente, de acordo com vários especialistas, o curso mais lógico para o governo dos EUA seria "adotar uma postura de dissuasão mais robusta", demonstrando, assim, que o país se mantém firme em seus princípios e impedirá que a China "prejudique a ordem internacional".¹⁰ Essa necessidade de dissuasão está incorporada em documentos e declarações, como o discurso do Secretário de Estado Antony Blinken em maio de 2022.¹¹

No entanto, diferentemente dos desafios associados ao Mar do Sul, em relação a Taiwan, há um pacto com a China que garantiu a paz no estreito durante o último meio século. No entanto, esse acordo está sendo gradualmente corroído por Washington por meio de visitas de autoridades de alto escalão à ilha, como a feita pela então presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, Nancy Pelosi, em 2022.¹²

De fato, à luz das preocupações expressas e considerando as declarações e ações tomadas pelo governo Biden, pode-se concluir que um processo de securitização está em andamento em relação à China, com o objetivo de classificá-la como uma ameaça existencial. Do ponto de vista dos EUA, essa designação justifica a adoção de todas as medidas necessárias para lidar com essa suposta ameaça. Nesse sentido, é importante analisar detalhadamente o processo de securitização e como ele foi construído dentro dos EUA, pois isso determina a percepção dos perigos, estabelecendo sua origem e como responder a eles em relação a um poder que é percebido como cada vez mais ameaçador.

Argumenta-se que a securitização dos EUA é influenciada pelas ações da China, porque as ideias por trás dela formam uma estrutura interpretativa da realidade que encontra validação (e justificativa) no comportamento mais "assertivo" da China. Além disso, o processo acima será contrastado com a maneira (e a lógica) pela qual a China tem usado a força militar em suas disputas territoriais, a fim de obter uma compreensão mais objetiva do perigo real representado pelas ações da China (e que não correspondem necessariamente à preocupação excessiva dos EUA). Para explorar isso, é necessário entender o que está envolvido na securitização, um termo que será definido a seguir.

O processo de securitização

Para abordar as questões levantadas, é preciso começar com o conceito de securitização, conforme definido pelos internacionalistas Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde em seu trabalho "Security: A Framework for Analysis". Sob uma perspectiva construtivista, os autores argumentam que as respostas dos atores, inclusive dos países, aos desafios de segurança não são totalmente objetivas, mas profundamente influenciadas pelas ideias e preconceitos daqueles que as articulam.¹³

A securitização envolve a apresentação de uma questão de interesse público como uma ameaça existencial a um objeto de referência que precisa ser protegido,¹⁴ levando à implementação de medidas emergenciais que vão além do processo político convencional.¹⁵ Uma grande variedade de preocupações pode se enquadrar nessa categoria, como crime, mudança climática ou, nesse caso específico, a conduta de um país.

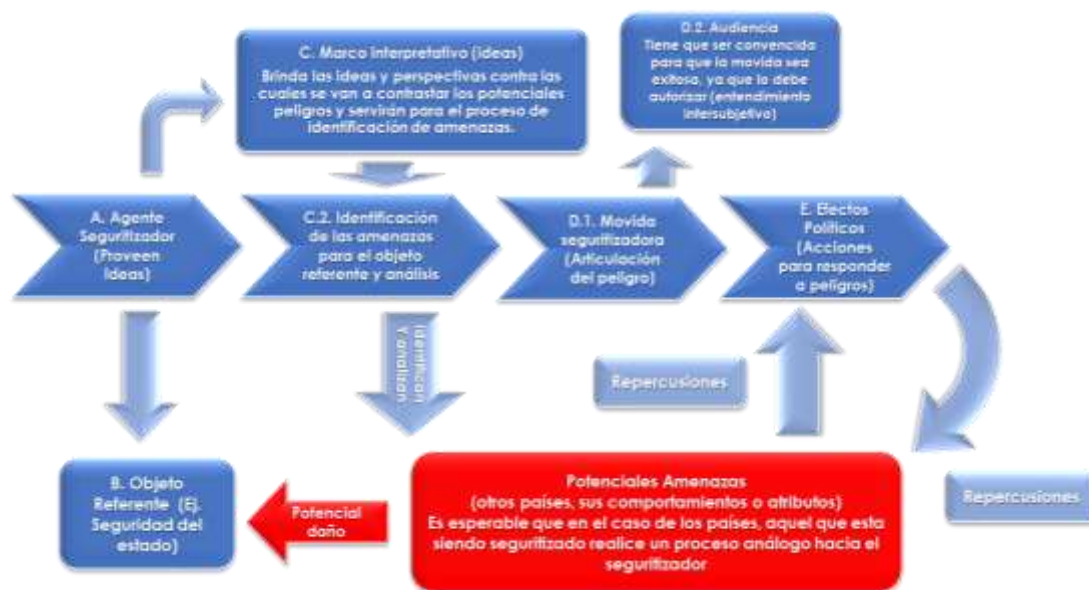
No processo de securitização, os riscos são conceituados com base nas ideias dos funcionários que promovem essa noção, que formam a base de suas estruturas interpretativas. De acordo com Farid Kahhat, essas últimas desempenham um papel fundamental no processo de securitização, pois nenhum evento isolado representa uma ameaça à segurança; os perigos só podem ser identificados quando contrastados com as estruturas interpretativas.¹⁶ Essas estruturas contêm uma lógica conceitual que permite a interpretação de eventos globais, facilitando a organização, a classificação, o reconhecimento e a identificação de possíveis contramedidas ou soluções por parte dos funcionários.¹⁷

Isso também determina as respostas que são selecionadas para lidar com eles, levando à consideração apenas das respostas consideradas mais adequadas para lidar com eles.¹⁸ De acordo com Colin Hay, o comportamento dos atores reflete sua compreensão do contexto em que se encontram. Em outras palavras, a realidade material influencia a adoção de tais ideias e acaba fortalecendo-as; no entanto, para que essas visões e estruturas continuem a ser úteis na orientação do comportamento, elas devem estar em sintonia com suas experiências diretas ou indiretas.¹⁹ Assim, o processo de securitização começa com a enunciação de um perigo pelas elites ou funcionários de alto nível, que declaram que algo representa uma ameaça existencial a um objeto de referência.²⁰ Seu acesso à mídia de massa lhes dá a capacidade de definir a agenda e disseminar sua mensagem, o que lhes permite influenciar a adoção e a formulação de políticas públicas.²¹

Outra parte relevante do processo envolve a criação de um entendimento intersubjetivo em uma comunidade política. Para que a securitização seja viável, essa comunidade deve aceitar uma narrativa que identifique algo como uma ameaça ao objeto de referência. Isso requer a construção de um entendimento intersubjetivo dentro da comunidade política, abrangendo os cidadãos em nível doméstico, para que eles aceitem a enunciação do perigo e endossem as medidas propostas para enfrentá-lo.²²

Como Thomas Jamieson salienta, não basta apenas fazer uma declaração pública verbal para que a securitização ocorra; ela deve levar a uma ação política que produza efeitos tangíveis sobre a realidade ameaçadora que se busca confrontar.²³ Assim, uma vez que o público esteja convencido da necessidade de enfrentar um perigo, ele capacita aqueles que formularam a securitização a tomar medidas para responder aos perigos identificados e apontados. Isso permitirá que eles implementem as políticas que considerem apropriadas para enfrentá-los e, uma vez que essas decisões tenham sido tomadas, elas devem gerar efeitos políticos sobre a ameaça (no sentido de permitir que eles enfrentem melhor a situação, impondo ou mitigando o perigo).²⁴ No entanto, como se está agindo sobre um ator (neste caso, a China), as medidas também podem gerar efeitos não intencionais, como veremos a seguir. Em termos gerais, o processo descrito acima pode ser ilustrado de acordo com o esquema a seguir:

Figura 1: Proceso Idealizado de la Securitización



Fonte: Elaboração própria, com base em Buzán et al. (2002), Kahhat (2019), Jamieson (2018) e %oHay (2002).

Securitização da China pelos EUA

Para entender a mudança de postura dos EUA em relação à China, é necessário compreender que a evolução gradual de sua atitude tem determinantes internos e externos. Internamente, há uma preocupação crescente com a China, evidente durante o governo Obama com a iniciativa conhecida como "Pivô para a Ásia" em 2011.²⁵ Durante seu segundo mandato, o então vice-presidente Joseph Biden disse ao The New York Times que, desde que a China respeitasse as regras da ordem internacional, não haveria problemas, mas se ela tentasse perturbá-la, surgiriam conflitos, mostrando que a China estava começando a ser vista com certa desconfiança.²⁶ Essa atitude mudou de otimismo para crítica, refletida em declarações que destacavam a incapacidade da China de mudar um sistema político autoritário e práticas econômicas que prejudicam a livre concorrência.²⁷ O mesmo ocorreu com o Partido Republicano.²⁸

Por exemplo, durante a campanha presidencial de 2016, Donald Trump concentrou parte de seu discurso na China, acusando-a de tirar proveito dos EUA e de "intimidar" o país.²⁹ Uma vez no cargo, seu governo intensificou os esforços para retratar a China como um perigo ideológico, econômico e militar.³⁰ Como aponta Ryan Hass, o governo Trump começou a ver as ações do gigante asiático como uma estratégia para "distorcer" a ordem internacional atual de acordo com suas preferências autoritárias.³¹ No decorrer da campanha eleitoral de 2020, Joe Biden adotou uma postura igualmente dura em relação à China como seu adversário republicano,

demonstrando uma normalização do discurso de confronto em relação à China.³² Uma análise das declarações oficiais, respostas e abordagens dos EUA revela um aprofundamento e consolidação do processo que teria começado durante o segundo mandato de Obama.

Hoje, o governo Biden não apenas manteve, mas também ampliou as medidas adotadas durante o governo anterior. O perigo associado à China é considerado em termos políticos, econômicos, tecnológicos e militares, mas com políticas muito mais restritivas e duras em relação a Pequim. O mais recente documento de segurança nacional dos EUA menciona que o país asiático tem a intenção e a capacidade de transformar a ordem internacional a seu favor, corroendo as alianças dos EUA e aumentando sua influência global.

O mais recente documento de segurança do governo dos EUA, intitulado "Estratégia de Segurança Nacional", de outubro de 2022, observa que a República Popular da China tem a intenção e, cada vez mais, a capacidade de transformar a atual ordem internacional a seu favor. Apesar disso, os EUA têm o compromisso de gerenciar a concorrência entre os países de forma responsável.³³

Em detalhes, o documento especifica que "Pequim tem a ambição de criar uma esfera de influência no Indo-Pacífico e de se tornar a principal potência global". Para atingir esse objetivo, ela está "investindo na rápida modernização de suas forças armadas cada vez mais capazes no Indo-Pacífico, aumentando sua força e alcance global e, ao mesmo tempo, corroendo as alianças dos EUA na região e em todo o mundo".³⁴

As mesmas ideias foram expressas pelo atual secretário de Estado, Antony Blinken, em um discurso público em maio de 2022, que provavelmente inspirou a estratégia de segurança do mesmo ano. Esse discurso mencionou a "intenção" da China de reformar essa ordem, contando com o crescente poder militar, diplomático, econômico e tecnológico.³⁵ Além disso, foi observado que Pequim poderia "levar o mundo de volta ao passado", no qual o respeito pelo direito internacional e a solução pacífica de controvérsias muitas vezes não eram respeitados.³⁶

Uma evidência disso seriam as práticas "agressivas e ilegais" da China, como as que vem desenvolvendo no Mar do Sul, por meio das quais impede a livre navegação de navios de outros países, ou ignorando a decisão acima mencionada sobre a disputa com as Filipinas, destacando que tais ações ou reivindicações "não têm base no direito internacional".³⁷ Apesar disso, a posição do governo Biden é que eles "não querem uma nova guerra fria" e que não há nada em sua abordagem à China que sugira que eles queiram um conflito.³⁸ Entretanto, essa securitização não é apenas um processo cujos principais determinantes são internacionais. Ela também é validada pelo público norte-americano.

Há duas indicações principais que sugerem que essa securitização foi aceita pelo público dos EUA. A primeira está relacionada ao aumento da apresentação da China como uma ameaça nas campanhas presidenciais de 2016 e 2020 por candidatos de ambos os partidos, conforme mencionado acima.³⁹ O segundo está associado ao declínio progressivo da opinião favorável do público americano sobre a China, que coincide com as críticas à China expressas pelos candidatos nas eleições de 2016 e 2020. De acordo com a pesquisa de 2023 do Pew Research Institute, *Americans Are Critical of China's Global Role - as Well as Its Relationship With Russia*, houve uma mudança significativa na opinião pública dos EUA sobre a China desde 2016, de majoritariamente positiva para majoritariamente negativa em 2017.⁴⁰

De acordo com outro estudo realizado pela mesma instituição, o Pew Research Institute, 76% dos cidadãos norte-americanos acreditam que a China não leva em conta os interesses dos EUA em sua política externa.⁴¹ Além disso, 70% dos entrevistados compartilham a opinião de que a China não contribui para a paz internacional, enquanto 77% acreditam que Pequim interfere na política de outros países.⁴²

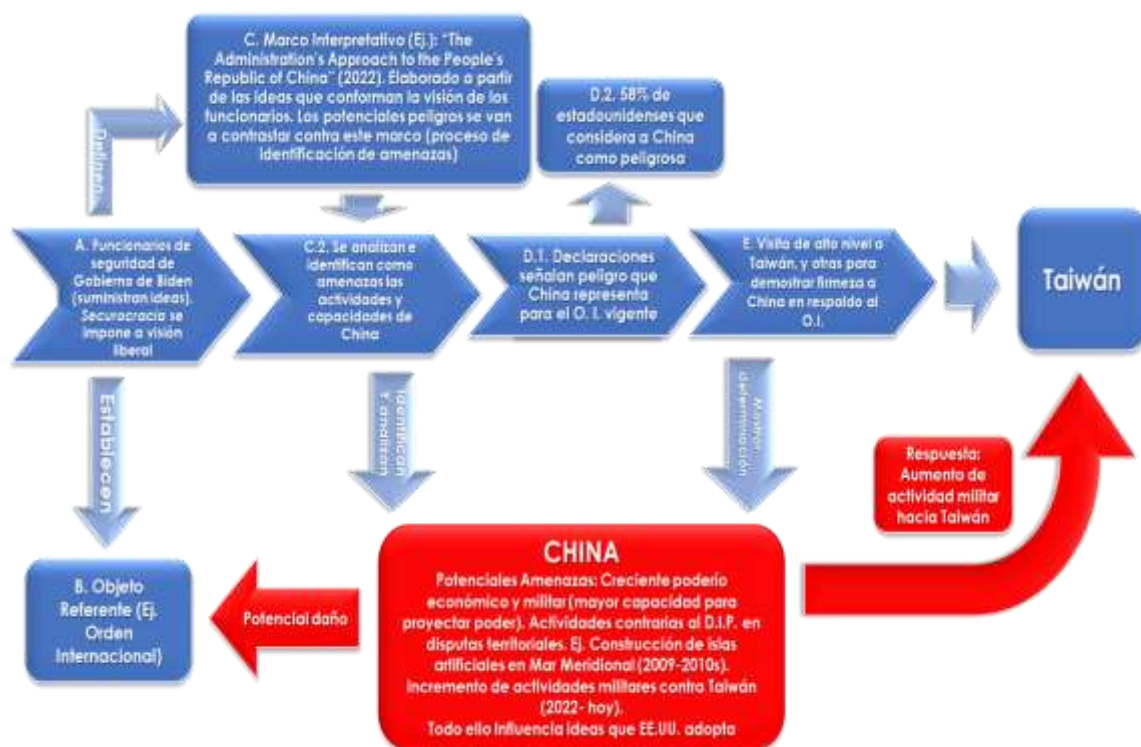
Uma pesquisa adicional realizada pelo Chicago Council of Global Affairs em 2023 mostra que 58% de todos os adultos dos EUA acreditam que o crescimento da China como potência representa um perigo crítico.⁴³ Na mesma análise, a maioria dos entrevistados acredita que seu governo não tomou todas as medidas necessárias para lidar com as reivindicações territoriais na Ásia (42%) ou para combater seu poderio militar (41%).⁴⁴ Além disso, uma pluralidade de entrevistados (46%) acha que os líderes de seu país não estão prestando atenção suficiente ao perigo representado pela China.⁴⁵ Isso demonstra um entendimento intersubjetivo entre o público e as elites governamentais que é necessário para que os políticos tenham a aprovação necessária ao tomar medidas diante do perigo atribuído à China. Entretanto, os fatores internos explicam apenas parte do sucesso da securitização, pois as realidades externas também influenciam a formação dessas percepções.

Portanto, é importante lembrar, mais uma vez, que durante esse período, a China começou a construir ilhas artificiais no Mar do Sul e anunciou que não cumpriria a decisão judicial sobre a disputa com Manila,⁴⁶ o que contribui para reforçar essa imagem e explica sua continuidade no governo dos EUA. Além disso, o crescente poder da China, refletido em um aumento de 7,2% nos gastos militares em relação ao ano anterior e a notável modernização de suas forças armadas, são fatores que contribuem para consolidar a percepção de perigo.⁴⁷ Não é de se surpreender, portanto, que essas ações tenham finalmente convencido o público norte-americano e as administrações mais recentes da seriedade do perigo representado pela China.

Por sua vez, as medidas mais recentes e mais visíveis para lidar com o risco representado pelas intenções, ações e capacidades da China - de acordo com as percepções dos EUA - incluem o aumento dos gastos militares, o fortalecimento dos laços com os aliados e a demonstração de determinação diante de um adversário como a China não tinha desde a Guerra Fria. Isso implica em uma mudança de atitude em relação às tensões sobre a situação política de Taiwan, mesmo que isso desgaste o acordo que manteve a paz até agora.⁴⁸ Por exemplo, o presidente Biden expressou sua intenção de "defender Taiwan" em 2022 no caso de uma invasão chinesa.⁴⁹ Além disso, durante seu governo, uma grande quantidade de armas teria sido vendida à ilha para sua defesa em caso de ação armada de Pequim.⁵⁰ Essas medidas e declarações são supostamente em resposta às respectivas declarações chinesas nos últimos anos, enfatizando a necessidade de "impedir a independência de Taiwan", de acordo com o atual ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, em 2021, considerando que tais atitudes seriam de natureza "secessionista" e intoleráveis para seu país.⁵¹ Cria-se, assim, um senso de urgência, que é reforçado quando, a partir de vários setores da comunidade de inteligência dos EUA, considera-se que - a partir de 2027 - as forças chinesas "estariam prontas para atacar a ilha", conforme determinação do presidente Xi.⁵²

Em meio a essas preocupações, visitas de alto nível entre EUA e Taiwan e aberturas diplomáticas durante 2022 e 2023 se alinham a essa lógica, como forma de demonstrar firmeza em relação à China. Em agosto de 2022, a presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, a senadora democrata Nancy Pelosi, fez uma viagem à ilha para comunicar à líder taiwanesa Tsai Ing Wen o compromisso de seu país de "não abandoná-los" e mencionar que parte de sua visita se concentraria em trabalhar com as autoridades taiwanesas em questões de segurança.⁵³ A segunda reunião ocorreu em 2023, quando a Presidente Wen viajou para o estado da Califórnia para se reunir com o presidente da Câmara dos Representantes, Kevin McCarthy, um republicano, como parte de sua tentativa de estreitar os laços com seu parceiro norte-americano.⁵⁴ O processo pode ser representado graficamente pelo diagrama a seguir:

Figura 2: Securitização da China pelos EUA (a partir de 2021/2)



Fonte: Elaboração própria

Consequências

A securitização da China pelos EUA não é simplesmente uma declaração, mas tem efeitos na realidade, por meio de decisões e ações direcionadas a perigos identificados. Isso está relacionado às estimativas que a China faz e às ações que toma com base nessas estimativas. Por exemplo, após a visita de Pelosi em 2022, a China realizou uma série de exercícios aéreos e navais sobre a ilha como uma forma de "enviar um aviso" àqueles que "buscam a independência de Taiwan".⁵⁵ O mesmo aconteceu após a visita do presidente de Taiwan em 2023, com três dias de exercícios em grande escala nas águas territoriais e no espaço aéreo de Taiwan.⁵⁶ Desde então, de acordo com Ben Lewis, a China aproveitou a visita de Pelosi para "mudar permanentemente o status quo no Estreito de Taiwan" ao "normalizar as violações da Linha Média" (que já foi a fronteira aérea de fato entre a China e Taiwan).⁵⁷ Como observa Lewis, "se uma operação sobre Taiwan fosse realizada agora, a China teria cobertura para a movimentação de grandes quantidades de recursos aéreos como resultado de tais mudanças".⁵⁸

Ainda não se sabe até que ponto esses temores são justificados. A China, sem dúvida, fortaleceu sua capacidade militar, o que lhe permitiu adotar uma postura mais beligerante em relação ao direito internacional, apoiando suas reivindicações territoriais, que não têm base legal, por meio do uso direto ou indireto da força armada. No entanto, a China está agindo ilegalmente nas disputas do Mar do Sul, onde não conseguiu chegar a um acordo com outros países, principalmente devido à sua recusa em reconhecer as reivindicações deles. No que diz respeito a Taiwan, os EUA estão violando esse entendimento com a China. No entanto, a securitização impede Washington de reconhecer que sua atitude está incentivando Pequim a demonstrar ainda mais assertividade.

O uso da força no caso de Taiwan se encaixa no que M. Taylor Fravel sobre o uso da força pela China como instrumento de sua política externa: ela a utiliza quando busca refutar desafios percebidos às suas reivindicações de soberania em disputas territoriais e marítimas.⁵⁹ Seu uso se baseia em uma lógica essencialmente política, como aponta Michael Swaine, já que Pequim pode atacar diretamente a ilha se acreditar que os EUA estão prestes a abandonar o entendimento tácito que existe entre as duas potências sobre Taiwan.⁶⁰ De acordo com Swaine, essa ação dos EUA colocaria Pequim em um beco sem saída, obrigando-a a usar a força, seja para forçar Washington a mudar de rumo ou para tentar resolver a questão de Taiwan de uma vez por todas.⁶¹

Conclusões

Este artigo procurou estudar a securitização dos EUA sem ignorar a responsabilidade das ações chinesas que a reforçam. No caso dos EUA, o principal risco está em exagerar o desafio representado pela China, descartando opções diplomáticas para mostrar firmeza diante de um rival poderoso, o que poderia desencadear o próprio conflito que se busca evitar. Washington tem razão em querer manter a ordem internacional e impedir que a China use a força para se afirmar nas disputas territoriais mencionadas acima e com seu apoio a Taiwan.

Outro perigo está na securitização recíproca que caracteriza cada vez mais essa relação bilateral, o que poderia levar a um "dilema de securitização" entre os dois países.⁶² Isso seria um precursor da formação de ciclos de ação e reação típicos de cruzamentos de segurança, identificados na literatura acadêmica como um dos principais processos causais que levam à guerra.⁶³ De acordo com Hay, o principal risco está na restrição que a securitização dos EUA impõe às opções que a China considera viáveis em relação à postura de Washington. Nessa situação, a China é obrigada a demonstrar uma atitude semelhante, como fez com os exercícios após as visitas descritas acima. Esse ciclo interativo pode, portanto, acabar reforçando

atitudes e percepções negativas, caracterizadas por uma busca constante de firmeza em relação ao outro.⁶⁴

Nesse sentido, declarações recentes como a de Biden "não reconhecendo a independência de Taiwan"⁶⁵ ou a falta de uma resposta chinesa em grande escala semelhante à que se seguiu à visita de Pelosi após as eleições de Taiwan em 2024 poderiam ajudar a reduzir as tensões.⁶⁶ No entanto, sem abordar as causas subjacentes do atual conflito EUA-China, que estão relacionadas à erosão do entendimento original sobre Taiwan, a situação continuará a se deteriorar.⁶⁷ Tudo o que foi dito acima está reduzindo cada vez mais a possibilidade de se chegar a uma solução diplomática aceitável que evite o confronto armado direto entre as duas potências.

Sobre o autor

Mestre em Ciência Política e Governo com especialização em Relações Internacionais pela Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP). Atualmente, é assistente de ensino na Escola de Governo e Políticas Públicas da PUCP e colunista do blog El Reportero de la Historia. Foi pré-doutorando nas faculdades de Ciências Sociais da PUCP e da Universidad Mayor de San Marcos (UNMS). Também trabalhou como assistente de pesquisa dos professores Farid Kahhat e Sinesio López-Guerra.

Notas de fim:

¹ Nguyen, Thi Mai Anh. "US-China Rivalry in Southeast Asia Need Not Be a Zero-Sum Game." The Interpreter, Lowy Institute, Australia, 9 de septiembre de 2022, <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/us-china-rivalry-southeast-asia-need-not-be-zero-sum-game>

² García García, Antonio. "El orden internacional del siglo XXI: nuevos temas y nuevos protagonistas. Breves apuntes para el debate en Teorías de Relaciones Internacionales". Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM 130 (enero-abril de 2018): 192-205.

³ Tim Daiss. "International Court Rejects China's Claims To South China Sea". Forbes, 12 de junio de 2016, <https://www.forbes.com/sites/timdaiss/2016/07/12/philippines-wins-south-china-sea-case-against-china-court-issues-harsh-verdict/?sh=7c0e77e87765>

⁴ Embajada de los EE.UU. en Indonesia. "Study on the People's Republic of China's South China Sea Maritime Claims". Jakarta, 14 de enero de 2022, <https://id.usembassy.gov/study-on-the-peoples-republic-of-chinas-south-china-sea-maritime-claims/>

⁵ Santoro, David. "Beijing's South China Sea Aggression Is a Warning to Taiwan". Foreign Policy, 16 de septiembre de 2019, <https://foreignpolicy.com/2019/09/16/beijings-south-china-sea-aggression-is-a-warning-to-taiwan/>

⁶ China Power Team. "How Much Trade Transits the South China Sea?" CSIS, 21 de enero de 2021, <https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/>

⁷ Santoro, David. "Beijing's South China Sea Aggression Is a Warning to Taiwan". Foreign Policy, 16 de septiembre de 2019, <https://foreignpolicy.com/2019/09/16/beijings-south-china-sea-aggression-is-a-warning-to-taiwan/>

⁸ Santoro, 2019.

⁹ Alastair I. Johnston. "How new and assertive is China's new assertiveness", International Security 37, no. 2 (2013): 7. <https://direct.mit.edu/isec>

A insegurança é o que os Estados fazem dela: a securitização da China pelos EUA

13 de junho de 2024 - Centro de Estudos Estratégicos do Exército Peruano

¹⁰ Geoffrey Hartman and Amy Searight, "The South China Sea – Some Fundamental Strategic Principles", CSIS (EE.UU., 25 de enero de 2017), <https://www.csis.org/analysis/south-china-sea-some-fundamental-strategic-principles>

¹¹ Departamento de Estado, "The Administration's Approach to the People's Republic of China", (26 de mayo de 2022), <https://www.state.gov/the-administrations-approach-to-the-peoples-republic-of-china/>

¹² Yifan Xu, "US' one-China policy eroded by Pelosi visit", China Daily, 8 de agosto de 2022, <https://global.chinadaily.com.cn/a/202208/08/WS62f04ad8a310fd2b29e70c66.html>

¹³ Buzan et al., Security: A Framework for Analysis, (Boulder y Londres: Lynn Rienner Publishers, 1998 [2022]), 26.

¹⁴ El objeto referente hace referencia a aquello que ha de ser protegido. Puede virtualmente ser cualquier objeto, persona o lugar. Su importancia radica en el valor que le atribuyen los políticos quienes presentan su existencia como una indispensable para los intereses o continuidad de la comunidad a la cual representan. (Buzan et al., 1998, 11-36).

¹⁵ Buzan, Barry, Ole Waever, y Jaap de Wilde. Security: A Framework for Analysis. Boulder y Londres: Lynn Rienner Publishers, 1998, 23-24.

¹⁶ Kahhat, Farid. "Constructivismo y Seguridad Internacional". En Seguridad internacional: Una introducción crítica, 97. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2019.

¹⁷ Colin Hay, "The Discursive and the Ideational in Contemporary Political Analysis", in Political Analysis: A Critical Introduction (United Kingdom: Palgrave, 2002), 211.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Colin Hay, "The Discursive and the Ideational in Contemporary Political Analysis", in Political Analysis: A Critical Introduction (United Kingdom: Palgrave, 2002), 211-212.

²⁰ Thomas Jamieson, "Securitization Theory: Toward a Replicable Framework for Analysis", in Constructivism Reconsidered Past, Present, and Future (U.S.A.: University of Michigan Press, 2018), 165.

²¹ Ibid, 166.

²² Buzan, Barry, Ole Waever, and Jaap de Wilde. Title of Book/Article (City: Publisher, Year), 25.

²³ Jamieson, 2018, 167-169.

²⁴ Ibid, 169.

²⁵ Thomas Fingar y David M. Lampton, China's America Policy: Back to the Future, The Washington Quarterly, (2024), 54.

²⁶ Edward Wong, Michael Crowley y Ana Swanson, "Joe Biden's China Journey", 6 de septiembre de 2020, The New York Times, <https://www.nytimes.com/2020/09/06/us/politics/biden-china.html>

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.

²⁹ BBC News. "Trump accuses China of 'raping' US with unfair trade policy". BBC News, 2 de mayo de 2016, <https://www.bbc.com/news/election-us-2016-36185012>

³⁰ Tim Hetherington, "Trump's security adviser says: China is the threat of the century", 21 de octubre de 2020, Reuters, <https://www.reuters.com/article/idUSKBN2770EC/>

³¹ Ryan Hass, Lessons from the Trump administration's policy experiment on China, Brookings Institution, (2020), 9.

³² Edward Wong, Michael Crowley y Ana Swanson, "Joe Biden's China Journey", 6 de septiembre de 2020, The New York Times, <https://www.nytimes.com/2020/09/06/us/politics/biden-china.html>

³³ Casa Blanca. "National Security Strategy." 12 de octubre de 2022, 3. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>

³⁴ Ibid., 23-24.

³⁵ Antony Blinken. "The Administration's Approach to the People's Republic of China". 26 de mayo de 2022. Departamento de Estado de los Estados Unidos. <https://www.state.gov/the-administrations-approach-to-the-peoples-republic-of-china/>

³⁶ Ibid.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

³⁹ Ryan Haas, "Why has China become such a big political issue?", Brookings Institution, 15 de noviembre de 2019, <https://www.brookings.edu/articles/why-has-china-become-such-a-big-political-issue/>

⁴⁰ Laura Silver, Christine Huang y Laura Clancy, Americans Are Critical of China's Global Role – as Well as Its Relationship With Russia, 12 de abril de 2023, https://www.pewresearch.org/global/2023/04/12/americans-are-critical-of-chinas-global-role-as-well-as-its-relationship-with-russia/pg_2023-04-12_u-s-views-china_0-05/ El mecanismo exacto de cómo calan dichas ideas va más allá del propósito de este artículo. Sin embargo, es muy probable que tenga que haya tenido que ver con la idea que China se fortaleció a costa de los EE.UU., idea utilizada por Trump en su campaña presidencial de 2016.

⁴¹ Laura Silver, Christine Huang y Laura Clancy, "China's Approach to Foreign Policy Gets Largely Negative Reviews in 24-Country Survey", Pew Research Center, 27 de julio de 2023, 2, <https://www.pewresearch.org/global/2023/07/27/chinas-international-behavior/>

⁴² *Ibíd.*

⁴³ Kafura, Craig. "Americans Feel More Threat from China Now Than in Past Three Decades". The Chicago Global Council Global Affairs, noviembre de 2023, <https://globalaffairs.org/research/public-opinion-survey/americans-feel-more-threat-china-now-past-three-decades>

⁴⁴ *Ibíd.*

⁴⁵ *Ibíd.*

⁴⁶ Office of the Commissioner of the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China in the Macao Special Administrative Region (MSAR), "Why China Won't Accept or Participate in the South China Sea Arbitration Initiated by the Philippines", 29 de abril de 2016, http://mo.ocomfa.gov.cn/eng/zxxw/gsxw/201604/t20160429_8138293.htm

⁴⁷ Wong, Chun Han, y James T. Areddy. "China Budgets 7.2% Rise in Military Spending". The Wall Street Journal, 5 de marzo de 2024, sec. World, <https://www.wsj.com/world/china/china-budgets-7-2-rise-in-military-spending-990a455f>

⁴⁸ Kahhat, Farid. *Tiempos Violentos*. Lima: 2022, págs. 106-107. El arreglo diplomático que ha permitido mantener la paz en el estrecho por décadas contempla una aceptación de los EE.UU. de la posición China (que alega que solo hay "una sola China"), reconociéndola a nivel diplomático mientras mantiene relaciones no oficiales con Taipéi. En paralelo, Washington sostiene una política de "ambigüedad estratégica" con el objetivo de impedir que se produzca una declaración de independencia unilateral desde Taiwán que podría desencadenar un ataque chino. No obstante, señala que cualquier intento por cambiar unilateralmente (por la fuerza) el statu quo imperante será considerado como un asunto de "grave preocupación" por EE.UU., dando a entender con ello que existe la posibilidad de intervenir en la defensa de la isla.

⁴⁹ Brunnstrom, David, y Trevor Hunnicutt. "Biden says U.S. forces would defend Taiwan in the event of a Chinese invasion." Reuters, 19 de septiembre de 2022, <https://www.reuters.com/world/biden-says-us-forces-would-defend-taiwan-event-chinese-invasion-2022-09-18/>

⁵⁰ Wingfield-Hayes, Rupert. "The US is quietly arming Taiwan to the teeth". BBC News, 5 de noviembre de 2023, <https://www.bbc.com/news/world-asia-67282107>

⁵¹ Qingqing, Chen. "China Won't Tolerate 'Taiwan Independence,' Will Take Resolute Measures on Secessionism: Foreign Minister." Global Times, 21 de noviembre de 2021, <https://www.globaltimes.cn/page/202111/1239456.shtml>

⁵² Tiron, Roxana. "China on Track to Be Ready to Invade Taiwan by 2027, US Says". Bloomberg News, 20 de marzo de 2024, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-03-20/china-on-track-to-be-ready-for-taiwan-invasion-by-2027-us-says?embedded-checkout=true>

⁵³ Bonet Bailén, Inma. "Pelosi deja Taiwán tras confirmar el respaldo de EE UU a la isla: 'No os abandonaremos'." El País (España), 3 de agosto de 2022, <https://elpais.com/internacional/2022-08-03/nancy-pelosi-en-taiwan-la-determinacion-de-estados-unidos-de-preservar-la-democracia-se-mantiene-inalterable.html>

⁵⁴ France24. "Kevin McCarthy se reúne con la presidenta de Taiwán y desafía las amenazas de China". France24, 6 de abril de 2023, <https://www.france24.com/es/ee-uu-y-canad%C3%A1/20230405-kevin-mccarthy-se-re%C3%BAne-con-la-presidenta-de-taiw%C3%A1n-y-desaf%C3%ADa-las-amenazas-de-china>

⁵⁵ Kuo, Lily. "China's military extends drills near Taiwan after Pelosi trip". The Washington Post, 8 de agosto de 2022, <https://www.washingtonpost.com/world/2022/08/08/taiwan-china-military-exercises-pelosi/>

⁵⁶ Wu, Huizhong. "Tsai condemns China's military drills in the Taiwan Strait". Associated Press News, 11 de abril de 2023, <https://apnews.com/article/taiwan-china-military-drills-us-f228cd28a79652894ba9243483396b94>

⁵⁷ Lewis, 2023.

A insegurança é o que os Estados fazem dela: a securitização da China pelos EUA

13 de junho de 2024 - Centro de Estudos Estratégicos do Exército Peruano

⁵⁸ *Ibíd.*

⁵⁹ Citado en Chen-Weiss, Jessica. "Don't Panic About Taiwan." *Foreign Affairs*, marzo de 2023, <https://www.foreignaffairs.com/china/taiwan-chinese-invasion-dont-panic>

⁶⁰ Swaine, Michael D. "The Worrisome Erosion of the One China Policy". *The National Interest*, 27 de febrero de 2023, <https://nationalinterest.org/feature/worrisome-erosion-one-china-policy-206253>

⁶¹ *Ibíd.*

⁶² Lynch, Daniel. "La securitización de China del diferendo del Mar de China Meridional". En *Manual de Routledge sobre la seguridad china*, editado por Lowell Dittmer y Maochun Yu, 245-254. Reino Unido: Routledge, 2015.

⁶³ Levy, Jack S., y William R. Thompson. "System Level Theories". En *Causes of War*, 30. Reino Unido: Willey-Blackwell, 2010.

⁶⁴ Michael D. Swaine, "Stabilizing the Growing Taiwan Crisis: New Messaging and Understandings Are Urgently Needed", Quincy Institute for Responsible Statecraft, marzo de 2024, accedido el 10 de abril de 2024, <https://quincyinst.org/research/stabilizing-the-growing-taiwan-crisis-new-messaging-and-understandings-are-urgently-needed/>

⁶⁵ Steve Holland, Nandita Bose y Trevor Hunnicutt, "U.S. does not support Taiwan independence, Biden says", *Reuters*, 13 de enero de 2024, [https://www.reuters.com/world/biden-us-does-not-support-taiwan-independence-2024-01-13/#:~:text=WASHINGTON%2C%20Jan%2013%20\(Reuters\),party%20a%20third%20presidential%20term](https://www.reuters.com/world/biden-us-does-not-support-taiwan-independence-2024-01-13/#:~:text=WASHINGTON%2C%20Jan%2013%20(Reuters),party%20a%20third%20presidential%20term)

⁶⁶ Jennifer Staats, "After Taiwan's Election, China Is Now Ratcheting Up the Pressure", *United States Institute of Peace (USIP)*, 5 de marzo de 2024, <https://www.usip.org/publications/2024/03/after-taiwans-election-china-now-ratcheting-pressure>

⁶⁷ Swaine, *Stabilizing the Growing Taiwan Crisis (2024)*, 5.